

**Inquérito Civil n. 06.2019.00004608-2**

## **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça Substituto, e **JOSÉ BOTTIN**, brasileiro, natural de Guatambu/SC, nascido em 15 de dezembro de 1956, portador da cédula de identidade n. 560.025, inscrito no CPF sob n. 386.836.609-15, residente e domiciliado na Linha Amizade, s/n, interior de Nova Itaberaba/SC, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e

**CONSIDERANDO** que o artigo 90, inciso XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 91, inciso I, da mesma Lei;

**CONSIDERANDO** que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que tramita no âmbito do Ministério Público o Inquérito Civil n. 06.2019.00004608-2, cujo objeto é apurar notícia de supressão de um exemplar de *Araucária angustifolia* (espécie ameaçada de extinção) no imóvel localizado na Linha Loureiro, interior de Caxambu do Sul;

**CONSIDERANDO**, por fim, que o agente causador de dano ambiental é obrigado a promover a reparação, independentemente de culpa;

### **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

### **1 DO OBJETO:**

**Cláusula 1ª:** O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade a recuperação da vegetação suprimida por José Bottin no imóvel localizado na Linha Loureiro, interior de Caxambu do Sul.

## **2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:**

**Cláusula 2ª:** O Compromissário se compromete a recuperar a área degradada indicada na cláusula primeira, mediante o plantio de 10 (dez) mudas da espécie nativa *Araucária angustifolia*.

**Cláusula 3ª:** O Compromissário se compromete, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura deste TAC, a submeter à aprovação da Polícia Militar Ambiental a forma e o local do plantio das mudas.

**Cláusula 4ª:** Com a aprovação da Polícia Militar Ambiental, o Compromissário se compromete a executar o plantio das mudas no prazo de 15 (quinze) dias.

## **3 DO DESCUMPRIMENTO:**

**Cláusula 5ª:** Incidirá o compromissário em multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), em caso de descumprimento das cláusulas segunda, terceira ou quarta.

**Parágrafo primeiro:** As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados (conta corrente: 63.000-4, agência 3582-3, Banco do Brasil, CNPJ 76.276.849/0001-54).

**Parágrafo segundo:** O pagamento de eventual multa não exime o compromissário de dar cumprimento às obrigações contraídas.

## **4 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula 6ª:** O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido.

**Cláusula 7ª:** O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo

5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 15 de outubro de 2019.

[assinado digitalmente]

**MATEUS MINUZZI FREIRE DA FONTOURA GOMES**

Promotor de Justiça Substituto

**JOSÉ BOTTIN**

Compromissário